

48 MUNICÍPIOS EM RUPTURA

Câmaras gastam de mais

Autarquias fazem despesa de 2746 milhões – acima da capacidade de endividamento

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

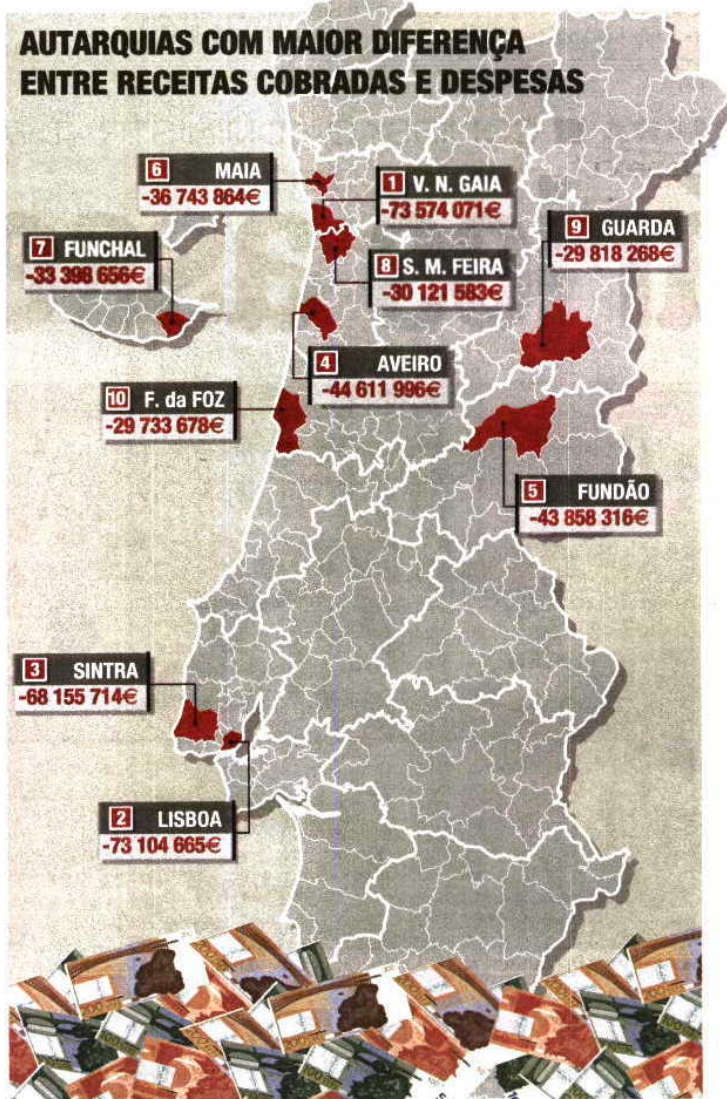
As autarquias gastaram em 2005 um total de 2746 milhões de euros, uma verba que representa 88,5 por cento do investimento previsto para a construção do novo aeroporto de Lisboa, na Ota, sem terem capacidade orçamental para esses compromissos financeiros. E, para justificarem esses gastos, suspeita-se que as receitas poderão ser inflacionadas. Mais: apesar de 307 municípios terem um lucro total de 569 milhões de euros, 48 câmaras estavam em ruptura financeira.

O Anuário Estatístico dos Municípios Portugueses/2005, apresentado ontem em Lisboa numa iniciativa da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), deixa claro que a situação financeira das autarquias está longe de ser a melhor. Desde logo, os 307 municípios analisados orçamentaram uma receita total de 11 506 milhões de euros mas só cobraram 7305 milhões de euros.

25 AUTARQUIAS MAIS ENDIVIDADAS*

Gondomar	131,2%
Sines	121%
Celorico da Beira	109,5%
Sátão	108,5%
Fornos de Algodres	104,9%
Nazaré	101,7%
Valongo	100,9%
Seia	94,2%
Castelo de Paiva	93,5%
Caldas da Rainha	89,5%
Vila Nova de Poiares	89%
Oliveira de Azeméis	87,8%
Fundão	86,8%
Ansião	85,2%
Silves	81,8%
Castanheira de Pêra	80,6%
Covilhã	78,8%
Mondim de Basto	72,4%
Lisboa	72%
Paredes de Coura	69,5%
Chamusca	68,8%
Portalegre	67,5%
Torres Novas	63%
Montemor-o-Novo	62,8%
Tabuaço	59,7%

* Relação entre o valor da dívida e a capacidade de endividamento



Como a despesa total comprometida era de 9640 milhões de euros, 32 por cento acima das receitas cobradas, as câmaras acabaram por pagar apenas 6894 milhões de euros, menos 2746 milhões de euros que terão de ser pagos nos anos seguintes.

Para esta diferença entre receitas e despesas, os autores do estudo indicam que "há os orçamentos empolados com inscrição de receitas sobreavaliadas ou com níveis elevados de incerteza na cobrança". Daí que 142 autarquias tenham uma despesa corrente comprometida superior à receita corrente líquida.

Vila Nova de Gaia, Lisboa e Sintra estão no topo dessa lista (ver gráfico).

A partir dos relatórios e contas aprovados nas assembleias municipais, o estudo identifica que 227 câ-

maras não têm dinheiro para fazer face às dívidas de curto prazo. E Lisboa lidera o 'ranking', com uma falta de 317.4 milhões de euros para cumprir aqueles compromissos.

Com base na situação financeira das autarquias em 2005, concluem que, à luz da nova Lei das Finanças Locais, 101 municípios ultrapassam, em 2006, o limite da sua capacidade de endividamento. ●

Majoria sem dinheiro para pagar dívidas

MAJOR SEM PEDIDO DE DESCULPAS

“Não é pelo facto de o senhor major Valentim Loureiro estar maldisposto que a CTOC tem que pedir desculpas. O senhor major tem de se queixar é das contas apresentadas pela Câmara na assembleia municipal”. Com estas palavras, Domingos Azevedo, presidente da CTOC, refutou ontem de forma clara, durante a apresentação do estudo sobre as autarquias, que as críticas do presidente da Câmara de Gondomar ao estudo, onde este município é apresentado como aquele que tem o maior índice de endividamento a fornecedores, não têm justificação, porque “o trabalho não é da CTOC mas de “quatro prestigiados professores universitários que merecem toda a credibilidade”. Valentim Loureiro classificou como “académicos de pacotilha” os autores do estudo e frisou que eles “pecaram por falta de rigor científico” e “os números apresentados relativamente a Gondomar são mentirosos”. No final de 2005, segundo o autarca, a Câmara tinha uma dívida total de 118,3 milhões de euros, dos quais 64,7 milhões relativos a “dívida de médio e longo prazo à EDP”. Por isso, garante, “não estamos em bancarrota”. - A.S.A. ●



▲ VALENTIM LOUREIRO DIZ QUE GONDOMAR “NÃO ESTÁ NA BANCARROTA”

ANTÓNIO RILLO